

Mineração Caraíba S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdos

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

No ano de 2024 a Mineração Caraíba S.A. “Companhia” conquistou a Licença Operacional para o Projeto Tucumã e atingiu mais de 99% da conclusão física do projeto no Pará, o início das operações ocorreu em julho de 2024 e alcança a primeira produção de concentrado de cobre vendável e inicia o *ramp-up*. A Operação Tucumã apresentou progresso consistente na elevação dos volumes de produção ao longo do ano, alcançando 4.317 toneladas de cobre concentrado no quarto trimestre e um total de 5.156 toneladas em 2024. Apesar do desempenho positivo, a produção anual ficou abaixo da orientação revisada para o ano.

A produção comercial da Operação Tucumã está prevista para o primeiro semestre de 2025. Espera-se que os níveis elevados de produção sejam mantidos até 2027, impulsionados pelos resultados favoráveis do programa de perfuração de enchimento realizado em 2024, bem como pela obtenção das taxas de rendimento projetadas para o moinho a partir de 2025.

A produção comercial, tanto no quarto trimestre quanto no acumulado do ano, foi impactada por interrupções no fornecimento de energia e por desafios operacionais relacionados ao circuito de filtragem de rejeitos, o que afetou o cronograma de ramp-up da planta de processamento. Ainda assim, as recuperações metalúrgicas e os teores de concentrado mantiveram-se em linha com as metas estabelecidas no projeto. O aumento contínuo nos volumes mensais de produção ao longo do trimestre demonstra a resiliência da operação e os avanços significativos obtidos no período.

Ao final de 2024, a ERO Brasil Caraíba produziu 35.444 toneladas de cobre contido em concentrado, abaixo da meta estabelecida no planejamento inicial realizado ao final de 2023, que previa 44.643 toneladas. Entre os principais impulsionadores para o crescimento futuro destacam-se a expectativa de atingir as taxas de rendimento projetadas para o moinho na Operação Tucumã em 2025 e o avanço na construção do novo poço externo na Mina Pilar, da Operação Caraíba, cuja entrada em operação está prevista para 2027. Como resultado dessas iniciativas estratégicas, projeta-se que a produção de cobre em 2025 aumente entre 85% e 110% em relação ao ano anterior, alcançando entre 75.000 e 85.000 toneladas. Para os anos de 2026 e 2027, a expectativa é atingir entre 85.000 e 95.000 toneladas de cobre contido em concentrado.

Impulsionado pelo crescimento do segmento chamado “Green energy” (carros elétricos, energia eólica e energia solar), os preços do cobre continuaram em patamares atrativos, permitindo a Companhia obter margens bastante favoráveis em suas operações.

Até 2023, a Paranapanema figurava como principal cliente da Companhia. No entanto, diante do processo de recuperação judicial em que a companhia se encontra e das consequentes restrições em suas linhas de crédito e capacidade produtiva, a Companhia adotou uma nova estratégia comercial.

Em função das limitações enfrentadas pela Paranapanema para retomar seus volumes de produção, a Companhia direcionou integralmente suas vendas para o mercado externo em 2024, totalizando 110.646 toneladas de concentrado comercializadas fora do país — o equivalente a 100% de suas vendas no período.

A exemplo do que realizou em 2023, a Companhia continuou seu plano de pesquisas geológicas, realizando sondagens em seus depósitos em exploração (Mina Subterrânea de Pilar e Mina Subterrânea de Vermelhos), bem como suas pesquisas regionais ao longo do Vale do Curaçá. Ao longo de 2024, foram investidos cerca de R\$ 69.310 milhões em pesquisas exploratórias, representando uma redução em relação ao valor investido em 2023, que foi de R\$ 86.208 milhões. Nossa principal mina está situada no norte da Bahia, mais precisamente no Distrito de Pilar, município de Jaguarari. É nela que possuímos nossa planta de beneficiamento, a qual é alimentada por minério tanto da matriz quanto das filiais.

Em 2024, ainda como exemplo da confiança da Companhia no potencial de crescimento do mercado e da manutenção nos preços do cobre, a Companhia continuou as operações do Distrito de Surubim, uma mina a céu aberto localizada próxima a sua planta de concentração em Pilar. A produção estimada da mina desse distrito é de 31.586 toneladas de cobre contido até 2036.

Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixos custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia registrou um CCL negativo de R\$ 912.968 em 2024, em comparação com R\$ 674.900 em 2023. A administração está atualmente estudando a possibilidade de um aumento de capital, reconhecendo que essa medida pode contribuir para a melhoria do CCL. Além dos dividendos contabilizados pela Companhia, a decisão da controladora de reter esses dividendos desde o exercício anterior também influenciou negativamente o CCL. Outro fator relevante para o CCL negativo é o aumento significativo no passivo devido à construção do Projeto Boa Esperança, do novo *Shaft*, da expansão da Planta e do aprofundamento da mina Pilar.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e clientes. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por um ano atípico e bastante desafiador.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Mineração Caraíba S.A.

Jaguarari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Caraíba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Caraíba S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/O-5

Mineração Caraíba S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais

Ativo	Nota	dez/24	dez/23	Passivo	Nota	dez/24	dez/23
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.685	65.395	Fornecedores	16	277.675	307.830
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	54.475	Empréstimos e financiamentos	17	286.674	154.026
Contas a receber de clientes	10	104.227	5.320	Salários, encargos e contribuições sociais		61.836	58.657
Estoques	11	210.994	151.367	Obrigações tributárias	18	54.517	53.287
Impostos a recuperar	12	120.940	74.104	Contribuição social a pagar		3.547	1.842
Imposto de renda a recuperar	12	4.650	633	IRPJ a recolher		1.897	-
Outros créditos e despesas antecipadas	13	66.156	55.792	Instrumentos financeiros derivativos	9	110.605	2.723
				Participação nos resultados	19	27.164	26.822
				Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.a	404.282	424.217
				Parcelamentos de débitos tributários		1.389	3.290
				Provisão para recuperação ambiental e desmobilização		41.893	-
				Outras contas a pagar		136.316	25.703
				Passivo de arrendamentos	17.d	41.825	23.589
Total do ativo circulante		536.652	407.086	Total do passivo circulante		1.449.620	1.081.986
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	8	15.912	11.354	Empréstimos e financiamentos	17	3.656.332	1.884.797
Impostos a recuperar	12	113.530	55.244	Participação nos resultados	19	11.258	20.739
Depósitos judiciais	21.c	855	718	Parcelamentos de débitos tributários		2.509	3.764
Outros créditos e despesas antecipadas	13	53.420	69.317	Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	20	110.162	110.049
Contas a receber com partes relacionadas	27.c	158.871	80.287	Provisão para perdas com processos judiciais	21	8.894	6.809
Ativo fiscal diferido	28.b.i	113.608	-	Passivo de arrendamentos	17.d	22.760	26.804
				Passivo fiscal diferido	28.b.i	-	39.292
				Contas a pagar com partes relacionadas	27.a	667.846	374.486
Total do realizável a longo prazo		456.196	216.920	Total do passivo não circulante		4.479.761	2.466.740
Investimentos		20	20	Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	6.464.505	5.148.634	Capital social	22	317.220	317.220
Intangível	15	309.493	364.995	Reservas de capital	22	367	367
				Reserva de Lucros	22	1.519.899	2.271.342
Total do ativo não circulante		7.230.215	5.730.569	Total do patrimônio líquido		1.837.486	2.588.929
Total do ativo		7.766.867	6.137.655	Total do passivo e patrimônio líquido		7.766.867	6.137.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais (Exceto o Lucro por Ação)

	Nota	dez/24	dez/23
Receita operacional líquida	23	1.866.139	1.597.878
Custo das vendas	24	(1.219.010)	(1.064.334)
Lucro bruto		647.129	533.544
Despesas com vendas	24	(51.634)	(44.572)
Despesas gerais e administrativas	24	(134.316)	(134.509)
Outras receitas	25	15.016	21.311
Outras despesas	25	(52.778)	(32.664)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras		423.417	343.110
Receitas financeiras	26	227.107	501.460
Despesas financeiras	26	(1.547.548)	(456.434)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		(1.320.441)	45.026
Resultado antes dos impostos		(897.025)	388.136
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(7.319)	(9.034)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	152.900	(17.658)
Lucro(prejuízo) do exercício		(751.443)	361.444
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	29	(0,055)	0,027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais

	dez/24	dez/23
Lucro(prejuízo) do exercício	(751.443)	361.444
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(751.443)</u></u>	<u><u>361.444</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais

Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros				Valor Justo Reserva de Lucros	Perda de Transações de Capital	Lucros/(Prejuizos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido	
			Legal	Incentivos Fiscais	Expansão	Lucros a Destinar					
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	22.a	<u>317.220</u>	<u>367</u>	<u>69.071</u>	<u>725.489</u>	<u>50.999</u>	<u>1.034.895</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>(0)</u>	<u>2.330.772</u>
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	361.444	361.444
Constituição reserva de incentivo fiscal do exercício		-	-	-	52.043	-	-	-	-	(52.043)	-
Constituição de reserva Estatutária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de Lucros a Destinar		-	-	-	-	-	2.061.134	-	-	(2.061.134)	-
Constituição de reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.287)	(103.287)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	22.a	<u>317.220</u>	<u>367</u>	<u>69.071</u>	<u>777.532</u>	<u>50.999</u>	<u>3.096.029</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>(1.855.020)</u>	<u>2.588.929</u>
Prejuizo do exercício										(751.443)	(751.443)
Constituição reserva de incentivo fiscal do exercício	22.b				12.111					(12.111)	-
Constituição de reserva Estatutária										-	-
Absorção o de reserva de Lucros a Destinar							(763.554)			763.554	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.e										
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	22.a	<u>317.220</u>	<u>367</u>	<u>69.071</u>	<u>789.643</u>	<u>50.999</u>	<u>2.332.475</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>(1.855.020)</u>	<u>1.837.486</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	dez/24	dez/23
Lucro (prejuízo) do exercício		(751.443)	361.444
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	24	343.683	300.459
Ajuste de preços provisórios de venda	10	(15.876)	(48.935)
Baixa de ativo imobilizado	14	11.548	15.751
Baixa de passivo de arrendamento	17.d	(3.209)	(3.388)
Benefício Desenvolve		-	(3.222)
(Reversão de) perdas por redução ao valor recuperável do ativo	26	44.255	20.278
Provisão para perdas em demandas judiciais	21	2.084	529
(Reversão de) provisão para perda por redução ao valor recuperável dos estoques	11	(1.514)	8.863
Provisão IRRF - Juros a Remeter		-	(2.538)
Participação nos Resultados	19	19.101	59.578
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	(152.900)	17.658
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	7.319	9.034
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	20	36.185	12.842
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>1.260.756</u>	<u>(80.050)</u>
		799.989	668.303
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(74.902)	85.944
Estoques		(97.676)	(31.633)
Impostos a recuperar		(131.865)	(35.875)
Outros créditos e despesas antecipadas		(30.719)	10.492
Depósitos judiciais		(99)	685
Fornecedores		(1.692)	(20.340)
Salários, encargos e contribuições sociais		3.179	4.823
Obrigações tributárias		24.038	(4.898)
Participação nos lucros		(27.940)	(39.695)
Parcelamentos de débitos tributários		(3.175)	(5.209)
Outras contas a pagar		109.086	(3.481)
Pagamento de Recuperação Ambiental		<u>(30.727)</u>	<u>(13.314)</u>
Caixa gerado pelas operações		<u>537.498</u>	<u>615.802</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(4.188)
Empréstimos a Clientes		-	11.602
Juros Recebidos		(13)	4.908
Juros Pagos	17.a	<u>(12.690)</u>	<u>(6.680)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>524.794</u>	<u>621.444</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(13.531)	(10.814)
Resgate de Aplicações financeiras		11.969	211.343
Adições ao imobilizado		(1.511.907)	(2.031.333)
Adições ao intangível		-	(18.235)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(1.513.469)</u>	<u>(1.849.039)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com empresa ligada		961.926	1.309.491
Contas a receber(pagar) com partes relacionadas		(32.621)	(21.840)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos e debêntures		305.940	57.240
Amortização de empréstimos com empresa ligada		(54.219)	(104.995)
Amortização de empréstimos e financiamentos com terceiros		(111.016)	(39.509)
Pagamentos de Arrendamentos	17.d	(45.714)	(30.311)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(19.936)	-
Recebimentos provenientes da Liquidação de Derivativos		10.686	56.407
Amortizações provenientes da Liquidação de Derivativos		<u>(73.446)</u>	<u>(9.301)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>941.601</u>	<u>1.217.182</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa		<u>(47.074)</u>	<u>(10.413)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		65.395	84.799
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		<u>11.364</u>	<u>(8.991)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>29.685</u>	<u>65.395</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa		<u>(47.074)</u>	<u>(10.413)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mineração Caraíba S.A. ("Companhia" ou "MCSA") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Fazenda Caraíba, Distrito de Pilar, no município de Jaguarari, Estado da Bahia, Brasil. A atividade predominante da MCSA é a produção e venda de concentrado de cobre da Vale do Curaçá, com ouro e prata produzidos e vendidos como subprodutos. A propriedade Vale do Curaçá é localizada no Vale do Curaçá, próximo ao município de Jaguarari, no norte do estado da Bahia, Brasil, e inclui operações de processamento totalmente integradas, três minas ativas e três minas de produção inativas. As operações ativas incluem a Mina da Caraíba, composta pela Mina Pilar subterrânea ("Pilar UG Mine") e Usina da Caraíba integrada, a mina de Vermelhos ("Vermelhos UG Mine") e a mina Surubim ("Surubim OP Mine"). As operações de produção inativa incluem as históricas minas a céu aberto de R22W ("R22W Mine"), os Angicos ("Angicos Mine") e Suçuarana ("Suçuarana Mine"). Adicionalmente, a Companhia detém a propriedade Boa Esperança que é localizada no município de Tucumã, na região sudeste do estado do Pará, Brasil ("Boa esperança").

1.1 Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia registrou um capital circulante líquido (CCL) negativo de (R\$ 912.968) em 2024, em comparação com (R\$ 674.900) em 2023. Ao final do exercício de 2024, a Companhia registrou um prejuízo de (R\$ 751.443), em contraste com o lucro de R\$ 361.444 obtido em 2023. Uma parcela significativa desse valor foi atribuída aos empréstimos intercompany, contratados pela Controladora, cujos saldos estão denominados em dólares, o que elevou a exposição cambial da Companhia e impactou negativamente seu resultado financeiro em R\$ (1.320.441). Este impacto decorreu principalmente de despesas com variação cambial passiva (R\$ 921.841), juros sobre empréstimos (R\$ 270.338) e ajustes relacionados a instrumentos de hedge cambial (R\$ 256.911), os quais não foram compensados pelas receitas financeiras obtidas no período.

A Companhia entende que o saldo negativo do CCL se deve, principalmente, à retenção dos dividendos pela controladora desde o exercício anterior, além do aumento significativo no passivo decorrente da construção do Projeto Boa Esperança, do novo *Shaft* em Pilar, da expansão da planta e do aprofundamento da mina Pilar.

Os acionistas estão atualmente avaliando a possibilidade de um aumento de capital, considerando que essa medida pode contribuir para a melhoria da estrutura financeira da Companhia. O plano da administração prevê a liquidação de seus passivos de curto prazo por meio da geração de fluxo de caixa operacional, reforçando a solidez financeira da Companhia.

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e com o início das operações do projeto de Tucumã em Julho de 2024, tem total confiança na estabilização dos processos e cumprimento dos objetivos de produção até o início do segundo trimestre de 2025 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para ERO Copper, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes mundiais estratégicos, a Companhia vem contando com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de maio de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 17(d) - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 – Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência: determinação do valor realizável dos estoques;
- Nota 13(a) – mensuração de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota 14: mensuração das Reservas minerais: As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.
- Nota 20 - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 21 - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e
- Nota 28 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerários, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas e o *impairment* de ativos de longo prazo. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de *impairment*.

4.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos podem ser encontradas na Nota 30 - Instrumentos Financeiros.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina as normas contábeis. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo.

A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. A receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho a qual consiste na entrega ou disponibilidade do bem conforme disposto em contrato.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

b. Subvenções governamentais

Quando utilizados, os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições descritas nas normas contábeis.

(i) Incentivo *DESENVOLVE*

Diante do contexto atual em que tem efetuado apenas vendas para o mercado externo, a companhia não tem feito uso dos seus incentivos de ICMS, haja vista a inexistência de base para tributação por este imposto.

Ainda assim, importante destacar que a Companhia goza do benefício fiscal existente no estado da Bahia, denominado “DESENVOLVE – Classe III”, concedido por meio da Resolução nº 081/2022, editada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. Com esse benefício, é possível efetuar o pagamento antecipado do ICMS devido, sem vencimento predeterminado, obtendo uma redução relativa ao concentrado de cobre de até 25%.

A Companhia goza ainda de dois benefícios que estão previstos diretamente no Regulamento de ICMS do Estado da Bahia (RICMS/BA):

- (i) redução da base de cálculo do ICMS, de modo que as saídas de concentrado de cobre estão sujeitas ao recolhimento de ICMS no percentual de 12%; e o
- (ii) Pro-cobre, benefício que permite o cálculo de um crédito presumido sobre o montante do ICMS apurado nas vendas de concentrado de cobre, equivalente a 33,33% do total do débito do referido imposto.

(ii) *Incentivos SUDENE - Lucro da exploração*

A Companhia goza de benefícios de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, vigente entre os exercícios fiscais de 2018 a 2027. Os benefícios são calculados com base no lucro da exploração, em conformidade com as regulamentações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, aplicáveis para a Companhia. São realizados dois lançamentos, ambos referentes ao incentivo, sendo o primeiro contabilizado no grupo de Impostos sobre Resultado contra o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a pagar e o segundo com montante de igual valor é contabilizado retirando do lucro do período, reconhecendo reserva de lucros no patrimônio líquido.

(iii) *Lei do bem*

A Lei do Bem concede benefícios fiscais a empresas que realizem aporte em projetos de Inovação Tecnológica, facultando às empresas o benefício da redução na alíquota de Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real.

Segundo a Lei nº 11.196/05, inovação tecnológica é a concepção de novo produto ou processo de fabricação, e/ou agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo.

O mecanismo do incentivo fiscal à inovação tecnológica representa significativo avanço pelo fato de sua aplicação ser automática, ou seja, não depende de aprovação prévia por uma agência governamental (autoaplicabilidade pelos contribuintes).

c. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras incluem: variação cambial sobre empréstimos e financiamentos; ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anual para fins de Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para fins Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota 23.b.ii e nota 29.b, a Companhia tem incentivos fiscais sobre o Imposto de renda.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e

- (b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas, na extensão que o Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Desenvolvimento e construção em andamento

Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovada, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (*impairment*), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado.

Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos.

Custos de desenvolvimento da mina, os custos de remoção de estéréis e outros resíduos minerários – custos de remoção – são capitalizados como parte do custo depreciável de instalação, desenvolvimento e construção da mina.

(iv) Custo de decapagem e desenvolvimento na fase de produção

Onde as atividades de decapagem de produção a céu aberto ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para imóveis ou obras em andamento. Esses custos são depreciados com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído. Para minas a céu aberto, os custos de decapagem são capitalizados em propriedades minerais ou construção em andamento até que uma taxa média de extração seja alcançada (estéril/minério) para a mina. A Companhia adotou um critério para mensuração dos custos da mina Surubim em virtude do alto volume de estéril extraído para alcance do corpo de minério, o qual atribuiu uma relação minério/estéril padrão considerando a particularidade da mina, no qual parte do estéril até o limite da relação estabelecida é registrada como custo e o seu excedente capitalizado.

(v) Recuperação ambiental e custos de descomissionamento

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa futuras esperadas.

(vi) Propriedades minerais

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível (Nota 15) para o Imobilizado (Nota 14) quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

(vii) Depreciação e exaustão

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos de exploração e avaliação

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter os direitos legal sobre a mina são despesados imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a IFRS 6 e ICPC 18.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos Subsequentes

Os Gastos Subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.
- Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo.
- Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Companhia considera:

- (1) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- (2) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (3) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (4) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 31 para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos Financeiros a VJR e a custo amortizado

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A IFRS 9.5.5.3 nos termos da CPC 48.5.5.3 exige uma provisão para perdas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida para contas a receber se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Uma entidade deve sempre medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para que:

- (a) Negocie recebíveis ou ativos contratuais que resultem de transações que estejam dentro do escopo da IFRS 15 e que:
 - (i) Não contenham um componente de financiamento significativo de acordo com a IFRS 15 (ou quando a entidade aplicar o expediente prático de acordo com o item 63 da IFRS 15); ou,
 - (ii) conter uma componente de financiamento significativa de acordo com a IFRS 15, se a entidade optar por medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas esperadas para perdas ao longo da vida. Essa política contábilística deve ser aplicada a todos esses créditos comerciais ou ativos contratuais, mas pode ser aplicada separadamente aos créditos comerciais e aos ativos contratuais.

A MCSA pode escolher entre avaliar a provisão aplicando o modelo de perda de crédito esperada ao longo da vida ou o expediente prático.

Para cálculo das perdas de créditos esperados com clientes, a Companhia utiliza as seguintes premissas:

- (a) Classificação de risco do cliente, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (b) Taxa de inadimplência do cliente por data de vencimento da dívida, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (c) Taxa de recuperação conforme relatório Agência de risco de crédito nacional.

A entidade utiliza os expedientes práticos ao mensurar perdas de crédito esperadas. A Companhia considera sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses ou as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecida no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) Perdas com processos judiciais

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

m. Arrendamentos

O objeto do contrato é a transmissão do direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O arrendador é, portanto, o proprietário do bem, sendo que a posse e a utilização, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. O contrato de arrendamento pode prever ou não a opção de compra do bem de propriedade do arrendador. Todo e qualquer contrato firmado entre a Companhia e o arrendador passa por uma avaliação considerando as Normas contábeis aplicáveis no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. De acordo com essas normas, existem exceções as quais são denominados expedientes práticos, e de acordo com esses expedientes práticos, duas exceções são avaliadas pela Companhia. Todo o contrato que não tenha mais de 12 meses de duração sem perspectiva de ampliação de seu prazo, não é qualificado como um arrendamento, assim como contratos onde o valor unitário do bem arrendado pela Mineração Caraíba S.A., de valor inferior a 05 (cinco) mil dólares e/ou por um valor determinado pela administração da Companhia, levando em consideração critérios de materialidade, quantidade de contratos etc., não são considerados arrendamentos.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

No começo do prazo de arrendamento, a Companhia deve reconhecer a aquisição do bem como Ativo e as respectivas obrigações a serem pagas pelo direito de uso deste ativo como Passivo. Caso o arrendatário reconheça o bem pelo valor presente dos pagamentos mínimos, deverá calcular o valor a ser contabilizado como ativo, utilizando a taxa de juros explícita, ou implícita do arrendamento. Se essa taxa de juros não puder ser determinada, deverá ser utilizada a taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário. O bem objeto de arrendamento será depreciado de acordo com o prazo de vigência do contrato. Para o caso de contratos em que exista cláusula de possibilidade de aquisição do bem ao final do uso, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo de vigência do contrato ou da sua vida útil, o que for menor, e posteriormente adicionado ao Ativo imobilizado em definitivo.

Na data de início, os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes pagamentos, para o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento, os quais não são efetuados na data de início:

- (a) pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
- (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (d) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Para reconhecimento do ativo de direito de uso deve ser levado em consideração os seguintes indicadores:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e
- (d) A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário deve incorrer na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período.

(ii) Remensuração de contrato

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento descontando os pagamentos de arrendamento revisados, utilizando a taxa de desconto revisada, se:

- (a) houver alteração no prazo do arrendamento. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados com base no prazo revisado; ou

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento, descontando os pagamentos de arrendamento revisados, se:

- (a) houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para refletir a alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual;
- (b) houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, incluindo, por exemplo, uma alteração para refletir alterações nas taxas de mercado de aluguel após a revisão dos aluguéis de mercado.

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos de arrendamento revisados somente quando houver alteração nos fluxos de caixa (ou seja, quando o ajuste aos pagamentos de arrendamento entrar em vigor). O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para o restante do prazo do arrendamento com base nos pagamentos contratuais revisados.

O arrendatário deve contabilizar a modificação do arrendamento como arrendamento separado se:

- (a) a modificação aumentar o alcance do arrendamento ao acrescentar o direito de utilizar um ou mais ativos subjacentes; e
- (b) a contraprestação pelo arrendamento aumentar em valor compatível com o preço individual para o aumento no alcance e quaisquer ajustes apropriados a esse preço individual para refletir as circunstâncias do contrato específico.

(iii) Encerramento de contrato

O contrato de arrendamento de bens pode ser encerrado fora do período estabelecido previamente nos seguintes casos:

- (a) Por anulação ou acordo das duas partes;
- (b) Pela anulação de uma das partes, devido ao descumprimento da(s) responsabilidade(s) de uma das partes;

6 Novas normas e interpretações efetivas ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas efetivas aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, não tiveram impactos significativos nessas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

c. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

d. Outras Normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Saldos bancários (a)	3.603	65.395
Aplicação Financeira	26.082	-
	29.685	65.395

- (a) Em 2023, os recursos se concentraram essencialmente em moeda estrangeira, mantidos em canal bancário de bancos parceiros da Companhia. Referem-se a valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportação e/ou mútuo intercompanhia e foram nacionalizados mediante necessidade do caixa e/ou aproveitando estrategicamente melhores momentos cambiais. Durante o ano de 2023, a Companhia passou a receber o valor de suas exportações em moeda estrangeira, não mais em Reais. Em 2024, o saldo refere-se essencialmente à valores já nacionalizados, mantidos em aplicações financeiras do tipo compromissada, com liquidez imediata e remuneradas a uma taxa de 85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), no qual se manteve em 12,15% no período de internação.

8 Aplicações Financeiras

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	11.354	198.192
Adições	15.163	10.814
Receita de Aplicação Financeira	1.364	13.691
Resgate	(11.767)	(207.570)
IRRF s/ resgate	(202)	(3.773)
Saldo final	15.912	11.354
Circulante	-	-
Não circulante	15.912	11.354

A posição de 2024 refere-se à valores em aplicações financeiras com prazos indeterminados, mantidos essencialmente em Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados por uma taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), no qual variou entre 11,15% e 12,15% no período, com liquidez restrita conforme negociação em cada operação. A variação no período anterior, 2023, foi um decréscimo de 13,65% à 11,15%. Tais valores permanecerão como garantias enquanto perdurar o período de vigência de cartas fianças emitidas pelo banco em favor da Companhia, relacionadas à processos judiciais de tempo indeterminado.

9 Instrumentos financeiros derivativos

Em 2024, a Companhia deteve operações com três bancos no Canadá, ScotiaBank, BMO e CIBC; e dois bancos no Brasil, BTG e Itaú. O saldo de NDF de dólar, no valor de R\$ 1.880 a pagar em 31/12/2024, foi liquidado no dia 02 de janeiro de 2025.

Opções de compra e venda de dólar -Ativo	-	41.791
Termo NDF de dólar – Ativo	-	6.397
Futuro DF de dólar – Ativo	-	6.287
Opções de compra e venda de dólar e opções de cobre – Passivo	(108.725)	-
Termo NDF de cobre - Passivo	(1.880)	(2.723)
Instrumentos financeiros derivativos líquido	(110.605)	51.752
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	-	54.475
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	(110.605)	(2.723)

Refere-se à posição a receber/pagar de instrumentos financeiros derivativos marcados à valor de mercado (MTM) em 31/12/2024 e 31/12/2023. Tais operações visam proteger o fluxo de caixa contra oscilações do dólar, visto que o faturamento está atrelado ao dólar norte americano e do preço do *commodity*, produto principal da Companhia, o concentrado de cobre.

10 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Vale	-	11.800
Trafigura	4.640	21.336
Glencore	101.719	-
Transamine	7.114	-
Outros	1.078	1.432
Ajuste de preço provisório (i)	(10.324)	(29.248)
	104.227	5.320

(i) A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outras contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 30. As contas a receber que ficaram em aberto durante esse período foram substancialmente devido as vendas efetuadas para a Glencore próximo ao final do ano, o recebimento desses montantes foi efetuado nas primeiras semanas de janeiro/25.

(ii) A abertura dos saldos por range de vencimento são demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
À vencer	103.739	4.777
Vencidos até 30 dias	58	59
Vencidos há mais de 30 dias	430	484
	104.227	5.320

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente e as garantias fornecidas por essas empresas. Adicionalmente, o nível histórico de perdas é baixo.

11 Estoques

	2024	2023
Insumos de produção	140.615	82.599
Produtos em elaboração	47.239	31.656
Produtos acabados	21.029	35.862
Materiais em poder de terceiros	2.111	1.250
	210.994	151.367

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção obsoletos e/ou de baixa movimentação na data de apresentação destas demonstrações financeiras.

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2024	2023
Saldo inicial	(16.184)	(7.321)
Adições	(6.624)	(13.885)
Baixas	8.137	5.022
Saldo final	<u>(14.671)</u>	<u>(16.184)</u>

A composição do custo dos produtos vendidos está divulgada na Nota 24.

12 Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS a recuperar (imposto sobre vendas) (i) (a)	111.342	4.873
PIS a recuperar (i) (b)	24.367	20.634
COFINS a recuperar (i) (b)	88.862	94.819
Imposto retido na fonte (IRRF)	450	4.573
Imposto de renda a recuperar	4.650	633
Previdenciário (INSS)	218	218
Outros	9.231	4.231
	<u>239.120</u>	<u>129.981</u>
Circulante	125.590	74.737
Não circulante	113.530	55.244
	<u>239.120</u>	<u>129.981</u>

- (i) Refere-se a crédito de impostos relativos a compra de materiais para produção e sobre encargos de salários, além de créditos extemporâneos, conforme explicado a seguir.
- (a) A Companhia reconheceu ao longo do ano de 2024 créditos de ICMS CIAP referentes ao projeto de Tucumã no Pará perfazendo um valor de R\$ 94.951. Esses créditos são oriundos de máquinas, equipamentos e montagem de estruturas referentes ao projeto.
- (b) Em 2024 a Companhia realizou, em conjunto com um contratado terceiro (PwC), um trabalho de reapuração dos créditos de PIS e COFINS existentes, adotando como referencial a quantidade efetivamente produzida para clientes nacionais e estrangeiros, a fim de determinar a proporção entre as vendas destinadas ao mercado interno e externo. Como resultado da reapuração dos créditos, em 31 de dezembro de 2024, a companhia possui registrado um total de R\$ 113.229 em créditos de PIS e COFINS., sendo R\$ 102.206 em créditos relativos à proporção das vendas destinadas ao mercado externo e R\$ 11.021 em créditos vinculados à receita do mercado interno. Considerando que atualmente nossas saídas são majoritariamente destinadas à exportação o valor de R\$ 11.021 relacionado ao mercado interno foi classificado como ativo de longo prazo.

13 Outros créditos e despesas antecipadas

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores (e)	24.787	341
Adiantamento a empregados	3.848	3.738
Seguro a apropriar (c)	8.508	106
Despesas antecipadas(b)	8.967	11.135
Empréstimos a clientes (a)	46.806	84.283
Empréstimo para benfeitorias em imóveis de terceiros (d)	26.659	25.433
Outras	-	73
	119.576	125.109
Circulante	66.156	55.792
Não Circulante	53.420	69.317
	119.576	125.109

a. Empréstimos a Clientes

	2024	2023
Empréstimos concedidos PMA	126.986	117.279
(-) PECLD	(81.107)	(37.480)
Juros sobre empréstimos concedidos	927	4.484
	46.806	84.283

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado às outras contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte.

Em 30 de novembro de 2022, um dos clientes da Companhia no Brasil, a PMA, entrou com pedido de recuperação judicial devido a dificuldades de capital de giro após uma parada operacional em função do incidente ocorrido no mês de junho 2022, que resultou na paralisação de uma de suas fábricas por 38 dias.

Precedendo o anúncio, a Companhia firmou acordo com a PMA, no qual renegociou o saldo em aberto do contas a receber de R\$ 123.522 procedendo com alongamento dos prazos de pagamento, dividido em 24 prestações mensais corrigidas pela aplicação do CDI com início em fevereiro de 2023. A Mineração Caraíba S.A. (MCSA), em função da relação contratual, que inclui garantias, não está incluída no plano de recuperação judicial.

Em agosto de 2023 as partes renegociaram o instrumento de confissão de dívida celebrado anteriormente, alterando basicamente o tempo e a carência do contrato, onde passou a ter uma carência de 6 meses a partir da assinatura do contrato, e com essa nova carência o início do pagamento se daria a partir de março/24 com prazo de 24 meses.

A PMA atribuiu como garantia via Alienação Fiduciária 2 fazendas que totalizam o valor de R\$ 26.710;

A PMA atribuiu como garantia via Cessão Fiduciária a alienação de todos os direitos e créditos oriundos do contrato de Fornecimento de Ácido Sulfúrico firmado com a companhia Bauminas Química N/NE Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a PMA está inadimplente com o acordo e o valor bruto de contas e notas a receber da PMA considerando principal e juros é de R\$ 127.913 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 121.763).

A Companhia reconheceu uma provisão para risco de perda de R\$ 43.627 (2023 - R\$ 20.238) no resultado financeiro denominada "Ajuste a valor presente/ PECLD".

- (b) Refere-se substancialmente a valores de antecipação de despesas com licenças anuais de software; e despesas antecipadas de revestimento de moinho, revestimento de britadores e correias transportadoras a serem apropriadas conforme a produção.

- (c) Refere-se à contratação da apólice de seguro para riscos nomeados e operacionais, no valor de R\$ 8.844, com vigência de 01/12/2024 a 29/09/2025.
- (d) Refere-se ao contrato de empréstimo acordado com a Associação Vale do Curaçá (Policlínica Vale do Curaçá) para reforma na estrutura, em 4 fases, no valor total de R\$ 22.625. Sobre a quantia emprestada incidirá taxa de juros, pagos ao final do contrato, no percentual de 0,47% ao mês, contados desde o momento em que o Empréstimo foi realizado. O empréstimo começará a ser pago, juntamente com os juros em 1 de janeiro de 2025, caso todas as fases sejam realizadas e o valor total tenha sido pago; ou após um período de carência de 12 meses, contados a partir da data de finalização da última fase devidamente aprovada pela Caraíba.
- (e) No exercício de 2024, a companhia registrou aumentos significativos na conta de Adiantamentos a Fornecedores, refletindo o avanço na execução de projetos de infraestrutura, obras logísticas e contratos operacionais com parceiros estratégicos. Os principais adiantamentos realizados referem-se a desenvolvimento de mina, execução de serviços de engenharia especializada em obras de infraestrutura, serviço de construção de armazéns logísticos, além de fornecimento de materiais e execução de serviços técnicos.

Tais adiantamentos estão vinculados a contratos formalizados com cláusulas específicas de execução e cronograma físico-financeiro, em conformidade com os critérios de governança adotados pela companhia. A estratégia visa garantir previsibilidade nos prazos de entrega e assegurar a continuidade das operações em frentes essenciais ao desenvolvimento do negócio.

14 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Mudança de Estimativa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Custos	Depreciação Acumulada
Terrenos	19.498	50	-	6.040	-	-	25.588	25.588	-
Edificações	42.790	13.345	-	45.459	-	(3.639)	97.955	112.850	(14.895)
Máquinas e Equipamentos	758.711	256.903	(5.723)	77.804	-	(115.393)	972.302	1.502.896	(530.594)
Jazidas	1.528.331	-	-	353.829	-	(169.158)	1.713.002	2.637.071	(924.169)
Recuperação Ambiental	45.939	-	(429)	-	14.407	(2.293)	57.624	89.443	(31.819)
Projetos em Andamento	568.461	1.426.545	(17.913)	(29.417)	-	-	1.947.676	1.947.676	-
Direito de Uso	10.465	69.001	(2.189)	-	-	(28.773)	48.504	131.259	(82.755)
Outros	240.196	547.736	(278)	(496.614)	-	(5.057)	285.983	301.088	(15.105)
Total	3.214.391	2.313.580	(26.532)	(42.899)	14.407	(324.313)	5.148.634	6.747.871	(1.599.337)

	Saldo em 31/12/2023	Adições(iv)	Baixas	Transferências	Mudança de Estimativa	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Custos	Depreciação Acumulada
Terrenos	25.588	9.532	-	10.842	-	-	45.962	45.962	-
Edificações	97.955	20.946	-	22.646	-	(6.800)	134.746	156.442	(21.696)
Máquinas e Equipamentos	972.302	270.998	(453)	165.759	-	(128.011)	1.280.595	1.939.200	(658.605)
Jazidas(ii) (vi)	1.713.002	270.591	-	218.483	-	(153.339)	2.048.737	3.126.245	(1.077.508)
Recuperação Ambiental	57.624	-	-	-	37.174	(2.715)	92.083	126.617	(34.534)
Projetos em Andamento(i) (iii) (vii)	1.947.676	828.207	(37.047)	(65.734)	-	-	2.673.102	2.673.102	-
Direito de Uso	48.504	57.428	(2.715)	(4.250)	-	(39.383)	59.584	181.722	(122.138)
Outros (v)	285.983	147.783	(960)	(297.762)	-	(5.348)	129.696	150.149	(20.453)
Total	5.148.634	1.605.485	(41.175)	49.984	37.174	(335.596)	6.464.505	8.399.439	(1.934.934)

- (i) Em 2024, a Companhia transferiu R\$ 51.548 do Intangível para o Imobilizado, mais especificamente para a conta de Projetos em Andamento, referente a investimentos em pesquisas exploratórias cujos alvos apresentaram resultados positivos nos testes geológicos.
- (ii) Em relação às adições e transferências de Jazidas em 2024, a Companhia investiu R\$ 329.453 na mina Pilar subterrânea, R\$ 74.322 na mina de Surubim e R\$ 85.298 na mina de Vermelhos.
- (iii) Para 2024, O projeto Boa Esperança continuou tendo o maior impacto, tendo mais de 45% de todo o investimento feito pela companhia no ano. Além disso, o projeto Novo Shaft foi responsável por cerca de 15% do investimento total. O mesmo visa o aumento de produção nos próximos anos conforme Plano de Produção. Esses investimentos visam aumentar a eficiência e a produtividade da Companhia, além de garantir o acesso a novas reservas de minério.
- (iv) Os valores apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como adições ao ativo imobilizado podem divergir dos montantes informados na respectiva tabela de movimentação do imobilizado. Essa diferença decorre da existência de adições que, embora contabilmente reconhecidas, ainda não foram liquidadas financeiramente. Dessa forma, tais valores são excluídos do fluxo de caixa apurado pelo método indireto.

- (v) Quanto a linha de outros, os valores são compostos principalmente pelas contas: Importações de Imobilizado (R\$ 61.763); Peças e Partes de Imobilizado (R\$ 37.282), Móveis e Utensílios (R\$ 12.648) e Adiantamento de imobilizado (R\$11.647). Em comparação com o total, podemos destacar que cerca de 48%, se referem à importações de imobilizado necessários na implantação do projeto do Novo Shaft, sendo compostos substancialmente por infraestruturas civil, para instalações metálicas e novos equipamentos. Quanto ao restante, A maior parte de refere à peças e partes adquiridas para nossas frotas de equipamentos móveis.
- (vi) Em 2024, a alta administração da Companhia decidiu realizar uma mudança de classificação contábil para os valores investidos em desenvolvimento e estruturação da mina. Anteriormente, esses valores eram registrados como "transferências" na linha de "Projetos em Andamento" e "Jazidas". Adicionalmente, os valores gastos no ano corrente e reclassificados para "Jazidas" passaram a ser denominados como "adições". Essa mudança reflete melhor a natureza dos investimentos realizados e proporciona uma visão mais precisa da situação financeira da Companhia.
- (vii) Em 2024, a Companhia realizou uma análise individualizada de seus alvos de pesquisas geológicas de longo prazo. Com base nas premissas previamente estabelecidas, concluiu-se que alguns desses alvos não apresentaram viabilidade econômica, os quais totalizavam R\$ 37.047. Diante disso, a Companhia optou por baixá-los contabilmente, mantendo apenas os ativos que demonstraram resultados positivos ou que ainda se encontram em fase inicial de pesquisa.

b. Revisão da vida útil

Em 2024, foi feita a revisão da vida útil dos principais grupos de Ativo Imobilizado da Companhia. São eles: perfuratrizes, caminhões de transporte de minério, equipamentos de apoio, britadores, moinhos, edificações etc.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo, o quadro demonstra as mudanças de vida útil:

	Anos (2023)	Anos (2024)
Edifícios	25	18 (i)
Instalações	10	10
Equipamentos Propriedades minerais	4-10 Unidades de produção	4-10 Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização (i)	28 anos	27 anos

- (i) A vida útil das Edificações é diretamente influenciada pela vida útil da mina. Como as edificações possuem, em média, uma vida útil de 25 anos, enquanto a mina tem uma vida atualmente estimada de 18 anos, deve-se adotar o menor desses períodos para fins de planejamento e gestão.

15 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, principalmente, a custos de desenvolvimento de projetos de exploração mineral, que compreendem a aquisição de direitos minerários, despesas administrativas, operacionais e financeiras para projetos considerados viáveis nos termos da CPC 01/IAS 36.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Custo	Amortização Acumulada
Intangível									
Projetos de Exploração Mineral	331.407	18.171	-	7.105	-	-	356.683	363.755	(7.072)
Total	331.407	18.171	-	7.105	-	-	356.683	363.755	(7.072)
Outros intangíveis									
Softwares	7.734	64	-	3.008	-	(2.494)	8.312	22.310	(13.998)
Total	7.734	64	-	3.008	-	(2.494)	8.312	22.310	(13.998)
Total	339.141	18.235	-	10.113	-	(2.494)	364.995	386.065	(21.070)
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Custo	Amortização Acumulada
Intangível									
Projetos de Exploração Mineral (i)	356.683	-	(2.581)	(51.548)	-	-	302.554	309.626	(7.072)
Total	356.683	-	(2.581)	(51.548)	-	-	302.554	309.626	(7.072)
Outros intangíveis									
Softwares	8.312	-	-	1.564	-	(2.937)	6.939	23.875	(16.934)
Total	8.312	-	-	1.564	-	(2.937)	6.939	23.875	(16.934)
Total	364.995	-	(2.581)	(49.984)	-	(2.937)	309.493	333.501	(24.006)

(i) Em 2024, a Companhia transferiu de direitos minerários para o imobilizado, na filial Matriz, considerando sua alta maturidade conforme os estudos geológicos, a fim de integrá-los ao ativo imobilizado.

Segue abaixo os principais projetos da Companhia:

- Projeto Boa Esperança - O projeto de cobre Boa Esperança está localizado na Província Mineral de Carajás, sudeste do Estado do Pará, Brasil, aproximadamente a 40 km a sudoeste da cidade de Tucumã. Os resultados de um Estudo de Viabilidade Otimizado foram anunciados em 28 de setembro de 2021. Espera-se que o projeto adicione 356,6 mil toneladas de cobre recuperado ao longo de uma vida inicialmente estimada de 12 anos. De acordo com o cronograma de construção, os primeiros trabalhos tiveram início no segundo trimestre de 2022, após um período de engenharia para aprimorar o Estudo de Viabilidade – FSU – e planejar a execução do projeto. A meta de conclusão de todas as construções e os trabalhos de pré-comissionamento são previstos para fim do segundo trimestre de 2025.

16 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores Nacionais	275.598	260.591
Fornecedores Internacionais	<u>2.077</u>	<u>47.239</u>
	<u>277.675</u>	<u>307.830</u>

Em 2024, observou-se uma redução nos fornecedores internacionais, resultante dos pagamentos realizados para a aquisição de ativos destinados ao projeto Boa Esperança (filial Tucumã) e ao projeto Shaft (matriz).

17 Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos a vencer são os seguintes:

Descrição do produto	Taxa de juros (a.a.)	Garantias	Moeda	Captação	Venc.	2024	2023
Empréstimos com partes relacionadas						<u>3.547.849</u>	<u>1.927.696</u>
ERO Copper - ECC – Tucumã	VC + 10%.	(i)	USD	jan/22	dez/34	1.487.330	1.064.393
ERO Copper - ECC - Tucumã III	VC + 5% + SOFR	(i)	USD	jan/24	dez/34	898.870	-
ERO Copper - ECC - Tucumã II	VC + 11%	(i)	USD	ago/23	dez/34	701.091	469.858
ERO Copper - ECC – Mútuo	VC + 8,83%.	(i)	USD	jan/18	dez/26	371.162	273.923
ERO Copper - ECC – CS	VC + 0%.	(i)	USD	fev/20	fev/25	45.474	35.553
ERO Copper - ECC – A	VC + 1%.	(i)	USD	jan/18	set/25	<u>43.922</u>	<u>83.969</u>
Empréstimos com terceiros						<u>395.157</u>	<u>111.127</u>
Prepayment BMO	VC + 8,84%	(i)	USD	mai/24	dez/26	288.131	-
Finame Itaú	VC + (5% - 8,12%)	(ii)	USD	jan/22	abr/26	33.812	47.650
Finame Sandvik USD	VC + 6,5%	(ii)	USD	dez/19	abr/27	24.577	28.467
Finame Cat	VC + (5% - 8,35%)	(ii)	USD	dez/21	dez/25	21.628	2.174
Compror Cat	0%	(ii)	BRL	set/23	jun/25	12.618	8.809
BB Renegociação	0,05% + CDI	(iii)	BRL	dez/16	nov/26	7.563	11.496
Finame Epiroc	VC + 5,25%	(ii)	EUR	dez/21	jun/26	3.369	4.837
CCB Volvo	13,89% - 16,63%	(ii)	BRL	abr/22	mai/25	2.279	5.330
CCB Cat	9,38%	(ii)	BRL	out/23	out/25	<u>1.180</u>	<u>2.364</u>
						<u>3.943.006</u>	<u>2.038.823</u>
Circulante						286.674	154.026
Não circulante						<u>3.656.332</u>	<u>1.884.797</u>
Tipo de garantia						<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sem Garantia (i)						3.835.980	1.927.696
Equipamento (ii)						99.463	99.631
Fundo Reserva (iii) - liberado em 2018						<u>7.563</u>	<u>11.496</u>
						<u>3.943.006</u>	<u>2.038.823</u>

- (i) A Companhia fez uma operação de pré-pagamento com o Banco BMO, no valor de USD 50.000.000, no intuito de reforçar a situação de liquidez, considerando que a volatilidade do preço do cobre e, possíveis variações cambiais, poderiam afetar sua liquidez até o momento em que a produção da operação de Tucumã se estabilizasse. A amortização desta operação se iniciou em 31/10/2024 e, ocorre mensalmente até 31/12/2026.

a. Movimento

O quadro seguinte apresenta o movimento dos saldos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Balanço em 31 de dezembro de 2022	1.129.106
Variação cambial	(111.748)
Adições partes relacionadas	976.012
Novos empréstimos terceiros	74.372
Amortizações partes relacionadas	(104.995)
Atualizações/juros	122.265
Amortizações principal	(39.509)
Amortizações juros	<u>(6.680)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.038.823</u>
Variação cambial	789.746
Adições partes relacionadas (i)	716.266
Novos empréstimos terceiros (ii)	305.940
Amortizações partes relacionadas	(54.219)
Atualizações/juros	270.156
Amortizações principal	(111.016)
Amortizações juros	<u>(12.690)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.943.006</u>

- i) Na DFC considera-se o total de R\$ 961.926 como adição de partes relacionadas, este valor é composto pela soma das adições de empréstimos com a Ero Copper no valor de R\$ 716.266 e adições referente ao contrato de conta corrente com a NX no valor de R\$ 245.660 (Nota 27.a).
- ii) A Companhia captou no 2º Trimestre empréstimos de pré-pagamento de R\$ 254.405, e financiamentos no valor de R\$ 51.535.

b. Programação de dívida

As datas de vencimento dos empréstimos e financiamentos não circulantes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	2024	2023
2025	-	36.251
2026	667.746	183.347
2027	5.023	2.196
A partir de 2028	<u>2.983.563</u>	<u>1.663.003</u>
	<u>3.656.332</u>	<u>1.884.797</u>

c. Cláusulas Contratuais Restritivas (“covenants”)

Exceto pelas cláusulas específicas que são comuns a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia não possui *covenants* financeiros e não financeiros ou cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

d. Passivo de arrendamento

	2024	2023
Saldo inicial	50.393	10.983
Novos contratos (a)	57.428	69.911
Pagamentos	(45.714)	(30.311)

Mineração Caraíba S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Juros Financeiros	5.687	3.198
Baixa	<u>(3.209)</u>	<u>(3.388)</u>
Saldo final	<u><u>64.585</u></u>	<u><u>50.393</u></u>

Vencimento	2024	2023
1 - 12 meses	41.825	23.589
1 - 2 anos	19.371	18.246
2-5 anos	<u>3.389</u>	<u>8.558</u>
Total	<u><u>64.585</u></u>	<u>50.393</u>
Valores reconhecidos ao resultado	2024	2023
Juros sobre Arrendamento(a)	5.687	3.198
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	1.291	10.989
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	4.741	2.542

(a) Para cálculo dos juros sobre arrendamento de novos contratos foi utilizada a taxa de 0,81% ao mês (0,73% em 2024).

18 Obrigações Tributárias

	2024	2023
CFEM (a)	35.071	23.548
ICMS parcelamento – Desenvolve	5.615	5.484
IRRF Empregados	4.338	4.189
ICMS Difal	510	7.427
ISS a Recolher	2.897	3.512
IRPJ de terceiros a recolher	218	5.449
Outros	<u>5.868</u>	<u>3.678</u>
	<u><u>54.517</u></u>	<u>53.287</u>

(a) Em 2024 Companhia decidiu redirecionar as vendas de sua produção para exportações, onde não incide impostos sobre vendas para dedução da base de cálculo do CFEM, sendo calculado sobre seu faturamento bruto.

19 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de remuneração variável, que é pago aos colaboradores mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. Essa remuneração variável é dividida em Participação nos Lucros e Resultados que é paga a todos os empregados, conforme Acordo de PLR, Bônus de Curto Prazo e Bônus de Longo prazo, sendo esses últimos, apenas para empregados elegíveis, mediante atingimento de metas específicas.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	47.561	27.677
Constituição da provisão do ano	26.565	59.660
Valores pagos referentes ao ano anterior	(28.240)	(26.295)
Adiantamento de PLR no ano corrente	<u>(7.464)</u>	<u>(13.481)</u>
Saldo final	<u><u>38.422</u></u>	<u>47.561</u>
Circulante	27.164	26.822
Não circulante	11.258	20.739

20 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em dezembro de 2024, tanto para a Matriz, como para suas filiais.

O saldo inicial em 2024 é de R\$ 110.049, a atualização monetária da taxa de desconto foi no valor de R\$ 10.727 e a Companhia vem fazendo pagamentos para atender o plano de recuperação ambiental no montante de R\$ 30.727.

Em virtude dos novos valores contemplados no estudo realizado pela consultoria externa, a Companhia efetuou um aumento na sua provisão, com contrapartida no ativo ambiental, para recuperação ambiental nas minas ativas (Subterrânea Pilar, Vermelhos e Surubim) no valor de R\$ 36.547, e uma constituição da provisão com efeito no resultado de R\$ 25.458 referente às minas paradas (Angico, Oxidado, Suçuarana).

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2024	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2024
Projetos	9,79%	110.049	36.548	25.458	10.727	(30.727)	152.055
		110.049	36.548	25.458	10.727	(30.727)	152.055
	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2023	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2023
Projetos	11,86%	96.943	14.407	714	11.299	(13.314)	110.049
		96.943	14.407	714	11.299	(13.314)	110.049
		Saldo em 01/01/2024	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2024
Circulante		-	36.435	25.458	10.727	(30.727)	41.893
Não circulante		110.049	114	-	-	-	110.162
		110.049	36.549	25.458	10.727	(30.727)	152.055
		Saldo em 01/01/2023	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2023
Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Longo Prazo		96.943	14.407	714	11.299	(13.314)	110.049
		96.943	14.407	714	11.299	13.314	110.049

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

- (i) Para as operações paralisadas (minas Oxidado, Angico, Suçuarana), a Companhia reconheceu a remensuração da Provisão do ARO no resultado.
- (ii) O passivo exigível é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

A Companhia adota como premissa para o reconhecimento dos valores relacionados ao fechamento da mina a projeção dos fluxos de pagamentos estimados. Os desembolsos previstos para o curto prazo são apresentados no passivo circulante, refletindo as obrigações com vencimento dentro do exercício social subsequente. Já os pagamentos estimados para o longo prazo são classificados no passivo não circulante, contemplando os valores cuja exigibilidade ocorre após o período de doze meses. Essa abordagem assegura a adequada segregação das obrigações, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

21 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais movidos contra a Companhia, são mantidas as seguintes provisões para perdas prováveis nos setores trabalhista, tributário e cível:

	2024	2023
Processos trabalhistas (i)	6.613	6.675
Processos cíveis (ii)	780	134
Processos tributários (ii)	<u>1.501</u>	<u>-</u>
	<u>8.894</u>	<u>6.809</u>

(i) Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, havia diversas ações trabalhistas movidas contra a Companhia, das quais 36 ações foram avaliadas como perdas prováveis pelos consultores jurídicos externos da Companhia (42 ações em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	6.675	6.153
Adições	2.314	2.966
Reversão	<u>(2.376)</u>	<u>(2.444)</u>
Saldo final	<u>6.613</u>	<u>6.675</u>

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia.

Em resumo, as ações são requerendo horas extras, horas *in itinere*, hora noturna e indenizações.

O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não terá impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

(ii) Ações cíveis e tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, havia diversas ações cíveis e tributárias movidas contra a Companhia, das quais 2 cíveis e 2 tributárias foram avaliadas como perdas prováveis pelos consultores jurídicos externos (1 ação cível em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	134	127
Adições	3.514	7
Reversões	<u>(1.367)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>2.281</u>	<u>134</u>

b. Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui diversas causas avaliadas como perdas possíveis e remotas, e, portanto, nenhuma provisão foi contabilizada.

	2024	2023
Segurança Social(iii)	21.948	16.712
Tributário (i)	69.815	70.440
Cível	18.033	16.902
Minerário (ii)	40.770	23.204
Administrativo	21	-
Trabalhista	<u>10.264</u>	<u>3.568</u>
	<u>160.851</u>	<u>130.826</u>

(i) Causas tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, há processos judiciais e administrativos de natureza tributária movidos contra a Companhia, dos quais 102 ações são classificadas como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da companhia, totalizando R\$ 69.815 (R\$ 70.440 em 31 de dezembro de 2023).

A origem dessas ações está, principalmente, relacionada à compensação de créditos da Companhia, que ainda aguarda análise pela instância administrativa inferior, conforme demonstrado a seguir:

Não conformidade da compensação – 1º trimestre de 2019

Em 2019, a Receita Federal emitiu 18 autos de infração relacionados à suposta compensação indevida de créditos de Contribuição Social, cuja possibilidade de perda foi avaliada como possível no montante atualizado de aproximadamente R\$ 5.739 em 31 dezembro de 2024 (R\$ 5.344 em 31 de dezembro de 2023), com base no parecer do consultor jurídico externo.

A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu o pedido de compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Auto de Infração - Débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS

Em 2011, a Receita Federal emitiu um auto de infração contra a Companhia referente a débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS. Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível no montante atualizado de aproximadamente R\$ 5.968 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.584 em 31 de dezembro de 2023).

A fiscalização entendeu que a Companhia deveria ter submetido à tributação as receitas registradas na conta “Clientes no País” em dezembro de 2008, conforme o regime de competência, uma vez que a companhia migrou do regime de caixa (2008) para o regime de competência (2009).

O auto de infração ainda aguarda análise pela instância administrativa inferior.

Compensação de crédito CSLL - 2018

Em 2018, a Receita Federal emitiu um auto de infração alegando a compensação indevida de créditos de CSLL calculados em janeiro e fevereiro de 2014, sob a justificativa de inexistência do crédito. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu a compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 2.214 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.088 em 31 de dezembro de 2023).

Compensação de crédito IRPJ e CSLL - 2011

Em 2014, a Receita Federal emitiu 15 autos de infração alegando a compensação indevida de débitos de CSLL com créditos de IRPJ calculados em 2011. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu a compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 6.189 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.900 em 31 de dezembro de 2023).

Compensação de crédito IRPJ -2011

Em 2011, a Receita Federal emitiu um auto de infração alegando a compensação indevida de débitos de COFINS (referentes ao período de apuração de junho de 2007) com créditos de IRPJ calculados no quarto trimestre de 2005. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal, e a análise final do recurso ainda está pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 3.552 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.400 em 31 de dezembro de 2023).

Compensação de crédito IRPJ -2018

Em 2018, a Receita Federal emitiu um auto de infração alegando a compensação indevida de créditos de IRPJ calculados em janeiro de 2014, sob a alegação de inexistência do crédito. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu a compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 5.767 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.400 em 31 de dezembro de 2023).

Compensação de crédito IRPJ, COFINS e IRRF - 2018

Em 2017, a Receita Federal emitiu 7 autos de infração alegando a compensação indevida de créditos de COFINS/IRPJ/IRRF calculados em 2009, sob a alegação de crédito insuficiente. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu a compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 6.932 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.600 em 31 de dezembro de 2023).

Compensação de crédito PIS e COFINS - 2014

Em 2014, a Receita Federal emitiu 19 autos de infração alegando a compensação indevida de débitos de IRPJ com créditos de COFINS relativos a abril de 2009. A Companhia recorreu da decisão da autoridade fiscal que indeferiu a compensação tributária, estando a análise do recurso ainda pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 6.325 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2023).

Mato Grosso - ICMS

Em 2014, a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso emitiu um auto de infração cobrando ICMS sobre uma exportação que não ocorreu. Após recurso, em junho de 2023, as autoridades fiscais decidiram manter a dívida.

A Companhia impetrou uma ação cautelar para discutir a dívida e extinguir a cobrança tributária. Em agosto de 2023, a Companhia obteve uma decisão favorável, que determinou a suspensão da cobrança do tributo.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 9.070 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.000 em 31 de dezembro de 2023).

ISS Juazeiro - 2021

Em 2021, a autoridade fiscal do município de Juazeiro - BA emitiu um auto de infração alegando o pagamento a menor de imposto de retenção (ISS) na contratação de prestadores de serviços. A Companhia recorreu da decisão, e a análise do recurso ainda está pendente.

Com base no parecer do consultor jurídico externo, a possibilidade de perda foi classificada como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.400 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Ações Minerárias

Em 2019, a Companhia recebeu cinco (5) contestações administrativas apresentadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) relacionadas a supostas diferenças no cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM – os "royalties" devidos ao governo pela exploração) entre 2009 e 2017, especificamente no que diz respeito ao montante de impostos (ICMS, PIS e COFINS) a ser considerado como redução da base de cálculo da CFEM.

A CFEM é uma compensação financeira pela exploração de recursos minerais, que no Brasil são propriedade do Governo Federal. Para explorá-los, as empresas precisam de uma concessão da ANM e devem pagar "royalties" ao governo pela exploração. A CFEM corresponde a um percentual da receita obtida com a venda dos minérios.

A Companhia recorreu com sucesso, provando que o método de cálculo adotado pela ANM estava incorreto e era nulo.

Em vez de aceitar a decisão, a ANM alterou o método de cálculo da CFEM e aumentou retroativamente o valor supostamente devido, passando de aproximadamente R\$ 21 milhões para R\$ 41 milhões.

A análise jurídica entende que a ANM não tem permissão para adotar essa abordagem. O procedimento correto seria cancelar o método de cálculo original e implementar um novo, sujeito a prescrição (normalmente de 10 anos).

A Companhia recorreu da decisão da ANM, e os principais argumentos são: (i) a aplicação retroativa da nova regra é ilegal, e (ii) os valores cobrados antes de 2014 devem ser barrados devido à prescrição de 10 anos.

O consultor jurídico externo classificou de forma conservadora a possibilidade de perda nesta demanda como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 40.770 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 23.204 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Previdenciário - INSS

Em setembro de 2023, a Receita Federal emitiu um auto de infração cobrando contribuições previdenciárias, calculadas em 2019, que supostamente deveriam ter sido pagas com base nos bônus pagos aos empregados e diretores da Companhia. A Companhia recorreu administrativamente da decisão da autoridade fiscal, e estamos aguardando o julgamento. O consultor jurídico externo classificou de forma conservadora a possibilidade de perda nesta demanda como possível, com montante atualizado de aproximadamente R\$ 4.470 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.470 em 31 de dezembro de 2023).

c. Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais no valor de R\$ 855 conforme detalhado abaixo:

	2024	2023
Reclamações trabalhistas	506	599
Ações cíveis	133	119
Tributário	200	-
Outros	16	
	855	718

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Sendo em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado estava representado por R\$ 317.220 composto de ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo. Em 2024, o capital social subscrito e integralizado permaneceu o mesmo do ano de 2023, assim como a quantidade de ações ordinárias não ocorrendo novas emissões.

	Nº de ações ordinárias	%
Ero Brasil Participações	13.508.995.619	99,52
Outros	65.810.256	0,48
	13.574.805.875	100,00

No exercício de 2024, a Companhia passou por uma reorganização societária, onde a investidora canadense, ERO Copper Corporation, transferiu a totalidade de suas ações, 99,52% do capital social, para sua subsidiária brasileira ERO Brasil Participações, a qual tem por objeto social atividade de *holding*. A transferência das ações foi realizada dentro dos padrões legais e regulatórios vigentes, com o objetivo de ajustar a estrutura corporativa aos objetivos estratégicos do grupo empresarial.

b. Reservas de Lucro

(i) Reserva legal

Em 2024 a Companhia obteve prejuízo, sendo absorvido pela reserva de lucros a destinar conforme nota 22-e.

(ii) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o imposto de renda sobre o lucro da exploração em 75%, pelo prazo de 10 anos, de 2018 a 2027, calculado com base nas regras de cálculo do lucro da exploração definidas pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Adicionalmente, a Companhia possui incentivo fiscal no Estado da Bahia em relação ao diferimento e redução do ICMS. Estes incentivos são registrados em uma conta específica em rendimentos e, no final do ano, são transferidos para uma reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o direito das sociedades.

c. Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios	
Acumulado de anos anteriores	104.587
2020	(23.278)
2021	(30.383)
2022	<u>73</u>
2023	<u>-</u>
2024	<u>-</u>
	<u><u>50.999</u></u>

d. Reserva de Lucros a destinar

A companhia apurou prejuízo no exercício social, portanto, não havendo lucros para cálculo de dividendos mínimo, nem tampouco aumento das reservas de lucro..

e. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado cálculo de dividendos a pagar conforme segue:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(751.443)	361.444
(-) Incentivo IR Redução de base em 75% e ICMS	(12.111)	(52.043)
Lucro líquido do exercício ajustado	(763.554)	309.401
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	<u>(763.554)</u>	<u>309.401</u>
Dividendos propostos/JCP (25%)	-	102.750
IR sobre JCP (15%)	<u>-</u>	<u>(15.413)</u>
Dividendos/JCP a pagar	-	87.337

No período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido valor R\$ 102.750 a título de Juros sobre Capital próprio.

23 Receita operacional líquida

	2024	2023
Concentrado de cobre Mercado Interno (b)	77	140.333
Concentrado de cobre Mercado Externo	1.900.571	1.507.824
(-) Impostos sobre as vendas (a)	<u>(34.509)</u>	<u>(50.279)</u>
	<u><u>1.866.139</u></u>	<u><u>1.597.878</u></u>

- (a) Em 2024, o valor dos impostos sobre vendas é essencialmente referente a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), pois os demais impostos só são incidentes sobre vendas no mercado interno.

- (b) Em 2023, devido a problemas de continuidade operacional do cliente Paranapanema (único cliente de Mercado Interno), a Companhia realizou essencialmente suas vendas para o exterior.

24 Custos e despesas operacionais

	2024	2023
Custo das vendas		
Materiais	(202.115)	(185.980)
Pessoal (b)	(280.080)	(248.883)
Depreciação, amortização e exaustão	(343.683)	(300.459)
Serviços de terceiros	(333.567)	(268.864)
Serviços Públicos e Privados	(55.610)	(55.166)
Outros custos	<u>(3.955)</u>	<u>(4.982)</u>
	(1.219.010)	(1.064.334)
Despesas de vendas		
Transporte	(41.813)	(36.929)
Outros (b)	<u>(9.821)</u>	<u>(7.643)</u>
	(51.634)	(44.572)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(47.056)	(69.090)
Serviços de terceiros (a)	(71.678)	(46.162)
Outras despesas	<u>(15.582)</u>	<u>(19.257)</u>
	(134.316)	(134.509)
	<u>(1.404.960)</u>	<u>(1.243.415)</u>
Total de custos e despesas operacionais		
Materiais	(202.115)	(185.980)
Pessoal	(327.136)	(317.973)
Depreciação, amortização e exaustão	(343.683)	(300.459)
Serviços de terceiros (a)	(405.245)	(315.026)
Transporte	(41.813)	(36.929)
Serviços Públicos e Privados	(55.610)	(55.166)
Outros	<u>(29.358)</u>	<u>(31.882)</u>
	<u>(1.404.960)</u>	<u>(1.243.415)</u>

- (a) Os serviços de terceiros abrangem transporte interno de minérios e produtos, serviços jurídicos, consultoria e auditoria, aluguel e manutenção de software/hardware, internet, entre outros. O aumento significativo desses gastos decorre, principalmente, do início da produção na filial Tucumã em julho de 2024, cuja operação de mina a céu aberto é conduzida por uma empresa terceirizada. Nesse contexto, os serviços contratados para a execução das atividades operacionais na filial representaram um acréscimo aproximado de R\$ 70.000 no período.
- (b) As provisões de estoque referente a 2024 estão contidas nesta linha e representa um valor de R\$ 1.514.

25 Outras receitas e despesas

	2024	2023
Venda de água adutora	5.519	5.885
Recuperação de créditos tributários (i)	3.404	11.751
Outros	<u>6.093</u>	<u>3.675</u>
Outras receitas	<u>15.016</u>	<u>21.311</u>
	2024	2023
Provisão para perdas em processos judiciais	(2.265)	(529)
Provisão por perda nos estoques	-	(8.863)
Resultado na venda de Itens de Estoque (iii)	(12)	(4.045)
Baixa projetos e itens do ativo imobilizado(iv)	(535)	(9.707)
Perdas por processos judiciais	(2.084)	(1.630)
Ociosidade Minas e Planta	(1.944)	(2.443)
Despesas Pesquisas exploratórias	(7.646)	-
Despesas Tributárias/Indedutíveis	(1.431)	1.033
Remensuração Provisão do ARO (ii)	(25.458)	(1.428)
Doações	(4.259)	(3.435)
Outras despesas	<u>(7.144)</u>	<u>(1.617)</u>
	<u>(52.778)</u>	<u>(32.664)</u>

(i) A Companhia trabalhou em diversas frentes durante o ano com o objetivo de recuperar créditos de impostos. Nos trabalhos realizados foram obtidos créditos extemporâneos de PIS, COFINS, e ICMS DIFAL. Contando o valor apurado, atualizações dos créditos e os custos para obtenção deles chegou-se ao montante de R\$ 11.751.

(ii) Para as operações paralisadas (minas Oxidado, Suçuarana), a companhia reconheceu a Remensuração da Provisão do ARO no resultado vide nota 20, no valor de R\$ 25.458. O aumento da provisão para fechamento de minas paralisadas ocorreu, principalmente, em função da unidade de Oxidado, que teve sua previsão de encerramento antecipada para o ano de 2027. Esta decisão foi respaldada em estudo econômico realizado pela companhia, que indicou maior viabilidade financeira na antecipação do fechamento da unidade.

26 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Ganhos cambiais sobre empréstimos, financiamentos	131.421	269.225
Operações com instrumentos derivativos (moeda) (a)	43.193	144.665
Operações com instrumentos derivativos (cobre) (b)	3.205	40.559
Rendimentos de aplicações financeiras	1.961	12.928
Ganhos cambiais em fornecedores	29.548	18.860
Outras receitas financeiras	<u>17.779</u>	<u>15.223</u>
Total das receitas financeiras	<u>227.107</u>	<u>501.460</u>
Perdas cambiais sobre empréstimos	(921.841)	(157.478)
Juros sobre empréstimos	(270.338)	(122.265)
Operações com instrumentos derivativos (moeda) (a)	(256.911)	(50.669)
Operações com instrumentos derivativos (cobre) (b)	(14.604)	(49.575)
Perdas cambiais em fornecedores	(13.189)	(33.603)
Ajuste a valor presente/ PECLD	(44.255)	(20.278)
ARO despesa atualização monetária	(10.727)	(11.299)
Juros e pagamentos a fornecedores	(4.743)	(5.012)
Despesas com juros sobre arrendamento	(5.687)	(3.197)
Outras despesas financeiras	<u>(5.253)</u>	<u>(3.058)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(1.547.548)</u>	<u>(456.434)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>(1.320.441)</u>	<u>45.026</u>

A Companhia possui endividamento total de R\$ 3.943.006 em 31/12/2024, sendo 99% desse total em moeda estrangeira. Seguindo as normas contábeis, mensalmente os saldos são corrigidos pela taxa de fechamento de câmbio do BACEN, registrando variações cambiais por competência de ganhos e de perdas. Dado que o dólar sofreu oscilações durante o ano de 2024, tendo sua máxima em BRL 6,4769, a Companhia registrou variações cambiais ativas e passivas na atualização de suas dívidas estrangeiras na qual, pelo líquido, resultou em despesa financeira. Essas variações não possuem necessariamente efeito caixa, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme a taxa praticada na data de seu vencimento.

A Companhia possui grande parte de seu endividamento em moeda estrangeira, essencialmente o dólar americano, da qual realiza conversões e atualizações para registros contábeis. Em 2024, o dólar americano saiu de um patamar de 5,3516, conforme PTAX de 30/12/2023, e encerrou o período com a PTAX 6,4363. Esse impacto da desvalorização do real em relação ao dólar, refletiu em uma perda de variação cambial por competência.

- (a) Veja detalhe das operações com instrumentos derivativos na Nota explicativa 30.

27 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias. O controlador final da Companhia é a Ero Copper Corporation.

As transações existentes decorrem de operações em condições e preços estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

a. Transações e saldos

	2024	2023
Ativo não circulante		
NX Gold (i)	59	-
ERO Brasil Participações(i)	78.568	31.732
AV Mineração (i)	4.469	199
Mineração Alta Vista (i)	185	185
ERO Brasil Geologia (i)	59.519	48.171
ERO Brasil Participações II (i)	16.071	-
Saldo ativo total	158.871	80.287
Passivo circulante		
ERO Copper Corporation(a) (ii)	67.305	102.571
Passivo não circulante		
NX Gold (i)	579.140	333.480
ERO Copper Corporation (a) (ii)	3.480.545	1.825.125
ERO Brasil Geologia (i)	551	78
ERO Brasil Participações (i)	85.667	39.058
ERO Brasil Participações II (i)	96	-
Outros (i)	2.392	1.870
Dividendos e JCP	404.282	424.217
Saldo passivo total	4.619.978	2.726.399
Contas a pagar com partes relacionadas (i)	667.846	374.486
Empréstimos com partes relacionadas (ii)	3.547.850	1.927.695
Despesa Financeira		
Juros sobre empréstimos entre empresas	246.477	114.971
Variação cambial	711.813	(106.000)
Despesas Financeiras Totais	958.290	8.971

- (a) Empréstimos considerando a reestruturação das dívidas em dezembro de 2018, com fluxo de amortização linear em 80 parcelas, iniciando o primeiro em fevereiro de 2019, e taxa de juros de 1% ao mês. Veja detalhes na nota explicativa 17.

b. Remuneração dos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 7.839 (R\$ 6.548 em 2023), que foram registrados como despesas gerais e administrativas. Os Administradores têm ainda direito a uma participação nos lucros da Companhia.

Os Administradores recebem, além da remuneração mensal, bônus de curto prazo que são definidos pelo Conselho de Administração anualmente.

	2024	2023
Remuneração	5.728	4.417
Bônus de curto prazo	<u>2.111</u>	<u>2.131</u>
Remuneração dos Administradores	<u>7.839</u>	<u>6.548</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício:

	2024	2023
IR e CS corrente	(7.319)	(9.034)
IR e CS Diferidos	<u>152.900</u>	<u>(17.658)</u>
	<u>(145.581)</u>	<u>(26.692)</u>

b. Conciliação da taxa efetiva

	2024	2023
Resultado antes de impostos (1)	(897.025)	388.136
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	304.988	(131.966)
Adições permanentes		
Outras adições	<u>(3.536)</u>	<u>(3.813)</u>
	(3.536)	(3.813)
Exclusões permanentes		
Outros	2.796	8.648
Juros sobre Capital Próprio	-	34.935
Incentivo Inovação Tecnológica (Lei do bem)	4.128	6.237
	6.924	49.820
Incentivos fiscais	12.109	34.693
Ajuste de alíquota	(175.023)	24.515
Programa Empresa Cidadã	118	69
Receita / (despesa) com IR e CS	145.581	(26.692)

	2024	2023
Alíquota efetiva	16%	7%
	304.988	(131.966)
Adições permanentes	(3.536)	(3.824)
Exclusões permanentes	6.924	49.820
Incentivos fiscais	12.109	34.693
Programa Empresa Cidadã	118	69
Ajuste de alíquota	<u>(175.023)</u>	<u>24.515</u>
	145.581	(26.692)

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de composição e compensação dos impostos diferidos são os seguintes:

	2024	2023
Ativo de imposto diferido	536.179	343.946
Passivo de imposto diferido	<u>(422.571)</u>	<u>(383.237)</u>
Imposto diferido, líquido	113.608	(39.292)
	2024	2023
Ativo		
Variação Cambial	470.382	302.663
Provisões de Bonus e Participação nos Lucros	7.924	10.163
Depreciação de Direito de Uso	14.302	10.931
ARO	9.738	7.688
AVJ PMA	12.989	5.716
Outros	9.727	4.404
PAT Excedente	3.911	2.380
Prejuízo Fiscal	<u>7.205</u>	<u>-</u>
	536.179	343.946
Passivo		
Variação Cambial	(343.246)	(317.568)
Pagamentos IFRS 16	(16.225)	(11.827)
Depreciação Fiscal x Contábil	(9.516)	(5.221)
Outros	(4.961)	-
AVJ	<u>(48.622)</u>	<u>(48.622)</u>
	(422.571)	(383.238)
Imposto diferido, líquido	<u>113.608</u>	<u>(39.292)</u>

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado e patrimônio líquido dos impostos diferidos é a seguinte:

	2024	2023
Com efeitos no resultado		
Provisões e outras diferenças temporárias ativas	145.695	(17.658)
Movimento Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	7.205	-
Total dos efeitos no resultado	152.900	(17.658)

(iii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social passivos

Saldos em 31 de dezembro de 2022		22.533
Adição IRPJ e CSLL		43.728
Benefício Lucro da exploração		(32.010)
Compensações		(32.409)
Pagamentos		-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.842
Adição IRPJ e CSLL		19.428
Benefício Lucro da exploração		(12.109)
Compensações		(3.716)
Pagamentos		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.445

29 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) atribuídos aos acionistas	(751.443)	361.444
Média ponderada de ações em circulação	13.574.805.875	13.574.805.875
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,055)	0,027

30 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue.

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros	Mensuração	2024	2024
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	29.685	29.685
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	104.227	104.227
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	15.912	15.912
Contas a receber – Partes Relacionadas	Custo amortizado	158.871	158.871
Total de ativos financeiros		<u>308.695</u>	<u>308.695</u>
Passivos financeiros	Mensuração		
Fornecedores	Custo amortizado	277.675	277.675
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.943.006	3.206.326
Arrendamento	Custo amortizado	64.585	64.585
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do resultado	110.605	110.605
Contas a pagar – Partes Relacionadas	Custo amortizado	667.846	667.846
Total de passivos financeiros		<u>5.063.717</u>	<u>4.327.037</u>

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros	Mensuração	2023	2023
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	65.395	65.395
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.320	5.320
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	11.354	11.354
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do resultado	54.475	54.475
Contas a receber – Partes Relacionadas	Custo amortizado	80.287	80.287
Total de ativos financeiros		<u>216.831</u>	<u>216.831</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	307.830	307.830
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.038.823	1.930.950
Arrendamento	Custo amortizado	50.393	50.393
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do resultado	2.723	2.723
Contas a pagar – Partes Relacionadas	Custo amortizado	374.486	374.486
Total de passivos financeiros		<u>2.774.255</u>	<u>2.666.382</u>

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera que o valor justo é equivalente ao valor contábil, como os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A MCSA utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros não derivados

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é geralmente definido como o risco de um devedor não liquidar integralmente seus compromissos em tempo hábil, podendo a Companhia incorrer em perdas de um cliente.

Contas a receber de clientes e empréstimos a clientes

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de suas contas a receber de clientes e empréstimos a clientes, avaliando individualmente o histórico e performance de pagamento e risco de crédito conforme determinado por agências de rating de crédito. Parte substancial do contas a receber de clientes está centralizada na Trafigura (exportação) em 2023 e na Glencore (exportação) em 2024. O saldo de empréstimos a clientes está concentrado, essencialmente, na Paranapanema.

Em junho de 2022, a Paranapanema (PMA) entrou com pedido de recuperação judicial, com objetivo de renegociar suas dívidas. Os créditos devidos pela companhia à Mineração Caraíba S.A. não estão incluídos no plano de recuperação judicial. Em 2024, o cenário permaneceu o mesmo e a companhia celebrou um aditivo do contrato, concedendo alongamento das parcelas em atraso.

Para avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa, a Companhia estimou com base no resultado da multiplicação do saldo em aberto pelo risco de crédito determinado por agências de rating de crédito.

Durante 2024, apesar da retomada parcial das operações da PMA, a companhia não honrou os pagamentos estabelecidos no contrato, acumulando mais de 90 dias de atraso no cumprimento das obrigações. Diante desse contexto, a Companhia avaliou que os recebíveis junto à PMA se tornaram ativos com crédito deteriorado, a partir de 30 de junho de 2024, nos termos do CPC48.

Para estimar a perda esperada de crédito (*Expected Credit Loss – ECL*), a Companhia considerou uma abordagem baseada em cenários múltiplos, refletindo diferentes desfechos possíveis e suas respectivas probabilidades de ocorrência. Os cenários considerados foram:

- **Cenário 1 – Cure (PMA volta a performar):** assume que a PMA retomará integralmente suas operações e regularizará os pagamentos com uma reestruturação do cronograma. A perda estimada nesse cenário foi de 3%, com probabilidade de 10% (classificado como remoto).

- **Cenário 2** – Conversão em ações: considera a conversão da dívida em ações da PMA, com desconto de mercado e de liquidez. A perda estimada foi de 44%, com probabilidade de 10% (remoto).
- **Cenário 3** – Default com recuperação parcial: assume inadimplência da PMA com recuperação judicial parcial, considerando os ativos dados em garantia. A perda estimada foi de 63%, com probabilidade de 55% (mais provável).
- **Cenário 4** – Default com recuperação nula: assume inadimplência total, sem qualquer recuperação dos valores devidos. A perda estimada foi de 100%, com probabilidade de 25% (razoavelmente possível).

Com base nessas premissas, foi calculada uma média ponderada da perda esperada de crédito sobre o saldo de recebíveis da PMA, resultando em um percentual de perda estimada de 62%, equivalente a R\$81,1 milhões (ou US\$13,1 milhões). Esse valor inclui provisões para perda esperada de crédito (ECL) e provisões para devedores duvidosos (PDD), sendo considerado pela Administração como a melhor estimativa da perda provável frente ao risco de crédito associado à PMA.

A Companhia continuará monitorando a situação financeira da PMA, o andamento da recuperação judicial e a efetiva retomada de suas operações, de forma a reavaliar a provisão registrada à medida que novas evidências se tornem disponíveis.

O valor reconhecido no resultado do período de perda esperada foi de R\$ 43.627 (20.278 em 2023).

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Tanto o saldo de 2023, compreendido em R\$ 65.395 mantidos em caixas e equivalentes de caixa e R\$ 11.354 em aplicações financeiras, quanto o saldo de 2024, R\$ 29.685 mantidos em caixas e equivalentes de caixa e R\$ 15.912 em aplicações financeiras, ambas as posições em 31 de dezembro, são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação agência de rating de crédito Moody's. Nenhuma estimativa de perda foi reconhecida para esses saldos.

Derivativos

São contratados com bancos e instituições financeiras que possuem classificação BBB-, com base na classificação agência de rating de crédito Moody's.

O valor contábil dos ativos financeiros abaixo representa a exposição máxima de crédito na data das demonstrações financeiras:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	29.685	65.395
Contas a receber de clientes	96.970	5.320
Empréstimos a clientes	48.806	84.283
Aplicações financeiras	15.912	11.354
Instrumentos financeiros derivativos	-	54.475
	191.373	220.827

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

As maturidades contratuais dos passivos financeiros à data das demonstrações financeiras, em valores brutos e não descontados, e incluindo pagamentos de juros contratuais e excluindo o impacto de acordos de compensação, são as seguintes:

		Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	Fluxos de Caixa contratuais			
			01-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2024	Saldo Contábil					
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos e financiamentos	3.943.006	6.843.988	1.005.894	768.554	851.237	4.218.303
Dividendos	296.439	296.439	296.439	-	-	-
Fornecedores	277.675	277.675	277.675	-	-	-
Passivo de arrendamento	64.585	70.037	46.021	20.307	3.274	435
Outras contas a pagar	136.316	136.316	136.316	-	-	-
	4.718.021	7.624.455	1.762.345	788.861	854.511	4.218.738

		Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	Fluxos de Caixa contratuais			
			01-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2023	Saldo Contábil					
Empréstimos e financiamentos	2.038.823	3.741.517	374.005	189.886	789.590	2.388.036
Fornecedores	307.830	307.830	307.830	-	-	-
Dividendos	424.218	424.218	424.218	-	-	-
Passivo de arrendamento	50.392	56.031	27.337	19.632	8.321	741
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
	2.821.263	4.529.596	1.133.390	209.518	797.911	2.388.777

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos cotados em dólares norte-americanos e ao ajuste das operações de empréstimos e financiamentos que também estão indexados à variação cambial. Com o objetivo de minimizar os descasamentos de moedas, a Companhia monitora suas projeções de fluxo de caixa considerando as expectativas de vendas futuras indexadas à variação do dólar norte-americano em relação à necessidade de caixa para liquidar os financiamentos existentes.

Análise de sensibilidade

A administração utilizou dois cenários estimados para a variação do dólar, possível e remoto. O cenário provável refere-se à exposição com o dólar calculado a base de R\$ 6,1923 para as contas a pagar e R\$ 6,1917 para as contas a receber. Os cenários possível e remoto, consideram variações de 10% e 20%, respectivamente, e teriam aumentado (reduzido) seu patrimônio líquido e o resultado de acordo com os valores apresentados. Para os créditos da Companhia, foi simulada a queda do dólar, enquanto para as obrigações foi simulada a alta do dólar.

Exposição à variação do USD 31 de dezembro de 2024	Em R\$ mil		
	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação
Contas a Receber	18.326	(1.833)	(3.665)
Exposure	(10.324)	(1.032)	(2.065)
Instrumentos financeiros derivativos-opções (nível 2)	(110.605)	(154.473)	(365.601)
Empréstimos	<u>(3.919.366)</u>	<u>(391.937)</u>	<u>(783.873)</u>
Exposição líquida	(4.021.969)	(549.275)	(1.155.204)

Exposição à variação do USD 31 de dezembro de 2023	Em R\$ mil		
	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação
Contas a Receber	33.136	(3.314)	(6.627)
Exposure	(26.200)	(22.866)	(45.733)
Instrumentos financeiros derivativos-opções (nível 2)	51.693	(136.346)	(287.190)
Empréstimos	<u>(2.038.823)</u>	<u>(200.599)</u>	<u>(401.197)</u>
Exposição líquida	(1.980.194)	(363.125)	(740.747)

Risco de taxa de juros

A Companhia possui operações pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre os financiamentos e as operações de swap. A Administração adota uma política de garantir que parte de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja reduzida a partir da composição de outras fontes de captação com taxas pré-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros da Companhia foram pagos por seus próprios juros, como segue:

Passivos financeiros expostos à taxa de juros	Valor Contábil	
	2024	2023
CDI	7.563	11.496
Prefixado	3.458	16.503
	11.021	27.999

A exposição da Companhia ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2024 era equivalente a 69% (41% em 31 de dezembro de 2023) de seu endividamento total. Considerando o valor de exposição ao CDI atualmente no balanço, a Companhia estima que não haveria impactos significativos em caso de modificações na taxa de juros.

Em R\$ mil					
Exposição à alta do USD 31 de dezembro de 2024	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação		
Caixa e Equivalentes de caixa	26.082	-	-		
Empréstimos	(7.563)	(83)	(166)		
Exposição líquida	18.519	(83)	(166)		
Em R\$ mil					
Exposição à alta do USD 31 de dezembro de 2023	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação		
Caixa e Equivalentes de caixa	11.354	1.293	2.586		
Empréstimos	(11.496)	(173)	(346)		
Exposição líquida	(142)	1.120	2.240		

Risco de commodities

Os contratos para a venda de produtos com liquidação futura têm o seu preço definido mediante curvas de rendimento a termo para o cobre. Normalmente, essas curvas são obtidas nas bolsas de valores em que o produto é negociado, neste caso, na London Metals Exchange (Bolsa de Metais de Londres - "LME").

Esses instrumentos financeiros são monitorados com frequência mensal, permitindo que os resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa sejam acompanhados.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm como objetivo proteger o Fluxo de Caixa da Companhia contra as variações nos preços das moedas estrangeiras e preço de commodity.

Existem ferramentas usadas para *hedge*, como *forwards*, futuros e *swaps*, que junto com as opções são conhecidas como instrumentos derivativos.

A partir da realização desse tipo de operação, é possível proteger os ativos contrafatos de risco relativos à variações de moeda e preço.

O ano de 2024 a Companhia contratou hedge de moeda na modalidade ZCC (Zero Cost Collar) com objetivo de proteger seus resultados da variação cambial em função da alta volatilidade apresentada durante o ano.

O piso do preço do cobre está ajustado para os valores definidos em orçamento, ao mesmo tempo que o teto permite margem para melhorar a rentabilidade das operações no cenário de aumento no preço do cobre.

A Companhia realizou hedges de moeda de forma à proteger as suas receitas (indexadas ao dólar), bem como parte significativa de seus investimentos que são denominados em moeda estrangeira. Ao longo de 2024 foram contratadas operações de hedges de moeda, no total (notional) de USD 39000, com floor variando de 5,1000 a 5,8000 e CAP variando de 5,7000 à 7,1900.

* * *

Renato Possancini
Diretor Financeiro
CPF 174.973.178-90

Wagner Pinheiro
Contador
CRC-RJ 111105/-O-5